

## CONTRATO

### **“Aquisição de materiais para rede viária – Lote 2: Calçada (vidraço e granito)”**

Processo n.º 2020/300.10.005/352

Aos sete dias do mês de Julho do ano de dois mil e vinte, no Edifício dos Paços do Concelho em Sines, foi celebrado o seguinte contrato de fornecimento; -----

Entre: -----

**Município de Sines**, pessoa coletiva de direito público número 502 563 010, com sede no Largo Ramos da Costa, 7520-159 Sines, neste ato representado por **Nuno José Gonçalves Mascarenhas** na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Sines no exercício de funções nos termos da alínea f), do número 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, como **primeiro outorgante**; -----

e, -----

**Vitório & Brígido, Lda** com o número de identificação fiscal 501 863 028, com sede na Rua do Canto, 60-Valverde - 2025-221 Alcanede, neste ato representado pela senhora D. Laurinda Maria Brígido Vitório da Silva, na qualidade de representante legal, qualidade e poderes confirmados pela consulta da certidão permanente com o código de acesso número 7310-6512-6443, subscrita a 16/01/2020 e válida até 16/01/2021, como **segundo outorgante**; -----

É ajustado de boa fé o presente contrato, conforme despacho de adjudicação e de aprovação da respetiva minuta, datado de 01/07/2020, que se rege pelas seguintes cláusulas:-----

### **PRIMEIRA**

#### **Objeto**

O presente fornecimento tem por objeto **“Aquisição de materiais para rede viária”, Lote 2 - Calçada vidraço e granito**, nos termos definidos no Caderno de Encargos que serviram de base à consulta prévia, Processo n.º 2020/300.10.005/352, bem como na proposta do Segundo Outorgante, que fazem parte

integrante do presente contrato.-----

## **SEGUNDA**

### **Preço Contratual**

Pelo fornecimento, o Primeiro Outorgante obriga-se a pagar ao Segundo Outorgante o preço de € 20 000,00 (Vinte mil euros). A este valor acresce o IVA, à taxa de 23%, no valor de € 4 600,00 (Quatro mil e seiscentos euros), o que perfaz o valor global de € 24 600,00 (Vinte e quatro mil e seiscentos euros).-----

Os valores mencionados anteriormente reportam-se ao preço para a execução de todas as prestações que constituem o objeto do presente contrato, e inclui todos os custos, encargos e responsabilidades que não estejam expressamente atribuídas ao Primeiro Outorgante. -----

## **TERCEIRA**

### **Prazo de Execução do Contrato**

O prazo de execução é de 2 (dois) anos, contados a partir da data de assinatura do contrato, ou até que seja atingido o valor da faturação igual ao valor do contrato se tal ocorrer antes do seu termo, e até ao cumprimento integral das obrigações emergentes do presente contrato. -----

## **QUARTA**

### **Prestação de Caução**

Encontra-se dispensada a prestação de caução.-----

## **QUINTA**

### **Condições de Pagamento**

As quantias devidas pelo Primeiro Outorgante serão pagas no prazo de 60 dias após a entrega das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e devem ser acompanhadas de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência. Caso as faturas apresentadas não sejam validadas pelo Primeiro Outorgante porque desconformes com o contrato, este comunicará tal decisão ao Segundo Outorgante, que deverá apresentar outras em sua substituição, devidamente corrigidas. -----

As faturas serão pagas preferencialmente por transferência bancária, devendo na faturação ser indicado o respetivo IBAN. -----

## **SEXTA**

### **Gestor do Contrato**

1. Para efeitos do disposto no artigo 290.º - A do Código dos Contratos Públicos é designado como gestor do contrato: -----

Nome: Luís Anico Raposo, na qualidade de Encarregado Operacional;-----

Telefone Móvel: 919 967 668;-----

Telefone Fixo: 269 630 230;-----

Email: lraposo@mun-sines.pt ; -----

2. Caso ocorra circunstância superveniente que imponha a alteração do gestor do contrato a mesma será comunicada ao Segundo Outorgante, no prazo de 10 dias, por via postal registada com aviso de receção a qual será junta ao contrato; -----

3. O segundo Outorgante poderá manifestar-se quanto à designação referida no número anterior, sob a mesma formalidade que a da comunicação da designação, no prazo de 10 dias após o recebimento da notificação, que será apreciada em igual prazo e devidamente comunicada. -----

## **SÉTIMA**

### **Prevalência**

Fazem parte integrante deste contrato e cujo teor se dá por reproduzido: -----

a) Caderno de Encargos; -----

b) A proposta adjudicada; -----

Em caso de divergência entre os documentos referidos anteriormente, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados. -----

## **OITAVA**

### **Cabimento/ Compromisso**

A despesa resultante deste contrato encontra-se inscrita no orçamento em vigor, com a classificação orçamental 02/07010401, cabimentos n.º 1600, 1615 e 2084 e compromisso n.º20432.-----

## **NONA**

### **Foro Competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

## **DÉCIMA**

### **Disposições Finais**

No aqui omissos aplicam-se as disposições contidas no Código dos Contratos Públicos, Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação e demais legislação aplicável ao objeto do contrato. -----

Este contrato não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do preceituado no artigo 48.º da Lei n.º 98/97, de 26.08, na sua atual redação, conjugado com o artigo 164.º da Lei 114/2017, de 29 de dezembro. -----

Nos termos do artigo 127.º do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação, vai ser dada publicidade desta contratualização no portal da internet dedicado aos contratos públicos: [www.base.gov.pt](http://www.base.gov.pt), advertindo-se as partes que esta publicitação é condição de eficácia do contrato. -----

Arquivam-se os seguintes documentos, válidos à data do contrato: -----

- Comprovativo de que a situação contributiva se encontra regularizada perante a Segurança Social – Declaração Emitida pela Segurança Social Direta a 01/06/2020 e válida por quatro meses. -----
- Comprovativo da situação tributária regularizada – Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Santarém, a 01/06/2020, com validade de três meses. -----

O contrato encontra-se em conformidade e vai ser assinado pelos intervenientes. -----

Feito em duplicado, a 7 de Julho de 2020.

O Primeiro Outorgante

O Presidente da Câmara

## O Segundo Outorgante

---